

COLÉGIO LOYOLA
REGIMENTO ESCOLAR



COLÉGIO
LOYOLA



Rede Jesuíta
de Educação

2015

SUMÁRIO

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, INSTITUIÇÃO LEGAL E ENTIDADE MANTENEDORA.....	4
TÍTULO II – DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO	4
CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO.....	4
CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	5
CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO MÉDIO	5
CAPÍTULO IV – DOS OBJETIVOS DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO	5
CAPÍTULO V – DOS CURSOS OFERECIDOS	6
TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	6
CAPÍTULO I – DA DIRETORIA.....	6
SEÇÃO I – DA CONSTITUIÇÃO DA DIRETORIA.....	6
SEÇÃO II – DA COMPETÊNCIA DA REITORIA, DA DIRETORIA GERAL, DA DIRETORIA ACADÊMICO-PEDAGÓGICA, DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E DA DIRETORIA DE FORMAÇÃO CRISTÃ.....	7
SEÇÃO III – DA CONSTITUIÇÃO DAS COORDENADORIAS PEDAGÓGICAS DE SÉRIE E DA ASSESSORIA REFERÊNCIA PEDAGÓGICA	8
CAPÍTULO II – DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	8
SEÇÃO I – DO CONSELHO DIRETOR	8
SEÇÃO II – DOS CONSELHOS DE CLASSE.....	8
CAPÍTULO III – DA SECRETARIA GERAL.....	9
SEÇÃO I – DA CONSTITUIÇÃO	9
SEÇÃO II – DA COMPETÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO.....	9
CAPÍTULO IV – DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS	10
SEÇÃO I – DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DE SÉRIE E DA ASSESSORIA REFERÊNCIA PEDAGÓGICA	10
SEÇÃO II – DAS COMPETÊNCIAS DAS COORDENADORIAS E DA ASSESSORIA REFERÊNCIA PEDAGÓGICA.....	10
SEÇÃO III – DA BIBLIOTECA.....	12
SEÇÃO IV – DOS SETORES DE TECNOLOGIAS.....	12
SEÇÃO V – DO SETOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL.....	13
SEÇÃO VI – DO APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL	13
CAPÍTULO V – DOS SERVIÇOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS AUXILIARES	14
CAPÍTULO VI – DA ÁREA DE FORMAÇÃO CRISTÃ	14
CAPÍTULO VII – DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	14
CAPÍTULO VIII – DAS INSTITUIÇÕES DOCENTES, DISCENTES, GRÊMIO ESTUDANTIL, ANTIGOS ALUNOS E REPRESENTAÇÃO DE PAIS.....	14
SEÇÃO I – DA PARTICIPAÇÃO NA VIDA ESCOLAR	14
SEÇÃO II – DO GRÊMIO ESTUDANTIL.....	14
SEÇÃO III – DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS.....	14
SEÇÃO IV – DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO LOYOLA	15
TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR	15
CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA	15
SEÇÃO I – DO ENSINO FUNDAMENTAL	15
SEÇÃO II – DO ENSINO MÉDIO.....	15
CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO DOS CURRÍCULOS	15
CAPÍTULO III – DOS PROGRAMAS DE ENSINO E DOS PLANEJAMENTOS CURRICULARES DE ENSINO.....	16
CAPÍTULO IV – DO ANO LETIVO	17
CAPÍTULO V – DO SISTEMA DE ADMISSÃO E SELEÇÃO DE ALUNOS NOVATOS	17
CAPÍTULO VI – DA MATRÍCULA.....	18

CAPÍTULO VII – DA MATRÍCULA DO ALUNO INTERCAMBISTA	19
CAPÍTULO VIII – DA MATRÍCULA E AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE ESTRANGEIRO PARTICIPANTE DE INTERCÂMBIO.....	19
CAPÍTULO IX – DO SISTEMA DE TRANSFERÊNCIAS	19
CAPÍTULO X – DO REGIME DE FREQUÊNCIA.....	20
CAPÍTULO XI – DO ATENDIMENTO A ALUNOS EM SITUAÇÃO ESPECIAL.....	20
TÍTULO V – DA VERIFICAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR	21
CAPÍTULO I – DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	21
CAPÍTULO II – DA AVALIAÇÃO	21
CAPÍTULO III – DA RECUPERAÇÃO FINAL.....	21
CAPÍTULO IV – DA PROMOÇÃO	22
TÍTULO VI – DA ORGANIZAÇÃO DISCIPLINAR	22
CAPÍTULO I – DO PESSOAL DOCENTE	22
SEÇÃO I – DA ADMISSÃO E DAS FUNÇÕES	22
SEÇÃO II – DAS COMPETÊNCIAS	22
SEÇÃO III – DOS DIREITOS E DEVERES	24
SEÇÃO IV – DAS SANÇÕES	24
CAPÍTULO II – DO PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO	24
SEÇÃO I – DA ADMISSÃO E DAS FUNÇÕES	24
SEÇÃO II – DOS DIREITOS E DEVERES	24
SEÇÃO III – DAS SANÇÕES.....	25
CAPÍTULO III – DO PESSOAL DISCENTE	25
SEÇÃO I – DOS DIREITOS.....	25
SEÇÃO II – DOS DEVERES	25
SEÇÃO III – DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR	26
SEÇÃO IV – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ATO INFRACIONAL.....	26
SEÇÃO V – PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS E MEDIDAS DISCIPLINARES APLICÁVEIS AO PESSOAL DISCENTE.....	27
TÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	28

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, INSTITUIÇÃO LEGAL E ENTIDADE MANTENEDORA

Art. 1º – A denominação do estabelecimento de ensino é Colégio Loyola, e será regido pelas normas estabelecidas no presente Regimento Escolar com valor de contrato entre as partes interessadas que aceitam e obrigam-se a respeitar as determinações nele contidas.

Parágrafo único – O presente Regimento Escolar define a estrutura administrativa, formação humana, social, didático-pedagógica e disciplinar do Colégio Loyola.

Art. 2º – O Colégio Loyola foi fundado em 25 de março de 1943, tendo sido reconhecido o seu primeiro ciclo pelo Decreto nº. 26.932, de 21/07/1949 e Portaria SED/DEE nº. 300/82, de 04/05/1982, e o segundo ciclo pela Portaria Ministerial nº. 470, de 22/10/1945, e Portaria SED/SEE nº 399/77, de 12/01/1978, atualmente denominados Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Art. 3º – O Colégio Loyola tem sua sede na Avenida do Contorno, 7.919, bairro Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 4º – O Colégio Loyola tem como Entidade Mantenedora a ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (ANEAS), com sede em São Paulo, na Rua Paracuê, 47, no Sumaré, CEP 01257-050, telefone (11)3956-6400.

TÍTULO II – DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 5º – O Colégio Loyola assume como próprios os princípios e fins da Educação Nacional, estabelecidos na Lei 9.394/96, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais da solidariedade humana, que têm por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 6º – O Colégio Loyola ministra a Educação Básica em seus níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio e tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para prosseguir no trabalho e nos estudos posteriores.

Art. 7º – O Colégio Loyola é uma instituição educativa de confessionalidade católica assumida, que visa proporcionar ao educando, por meio da vivência comunitária, no ambiente de ensino e aprendizagem, formação integral à luz da Fé Cristã e dos valores do Evangelho.

Art. 8º – As finalidades e os objetivos enunciados nos artigos anteriores e expressos nos diversos documentos do magistério da Igreja e da Companhia de Jesus têm seu desdobramento nos objetivos específicos descritos na Proposta Pedagógica e se propõem a contribuir para que o aluno:

- I. descubra e desenvolva suas potencialidades, aptidões e habilidades para a realização plena e harmônica da própria personalidade a serviço dos demais;
- II. chegue a optar, em liberdade, por uma vida cristã esclarecida e engajada na comunidade eclesial;
- III. desenvolva, progressivamente, as capacidades de conhecimento científico do mundo atual e de análise da realidade social e histórica à luz dos critérios evangélicos;

- IV. venha a assumir a própria responsabilidade como cidadão consciente e dinâmico, colaborando com a transformação das estruturas socioeconômicas injustas e participando da construção de uma sociedade mais humana, justa e fraterna.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 9º – O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I. a capacidade de aprender por meio da assimilação ativa, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e da resolução de problemas;
- II. a compreensão dos sistemas naturais e suas inter-relações bem como das diferentes formas de organização socioeconômicas, políticas e culturais;
- III. o domínio das ferramentas tecnológicas atuais e a capacidade de assimilar inovações nesse campo;
- IV. a consciência, pelo sentido da existência e pelo respeito à diversidade de manifestações culturais, artísticas e sociais, do seu papel na construção de uma sociedade mais justa e fraterna;
- V. o compromisso com a sustentabilidade socioambiental orientado por conhecimentos científicos sobre o funcionamento da natureza e da sociedade.

Parágrafo único – O Colégio Loyola assume a observância da data para ingresso e matrícula de crianças no 1º Ano do Ensino Fundamental, conforme a legislação vigente.

CAPÍTULO III – DOS OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO MÉDIO

Art. 10 – O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, observará as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no tocante às finalidades:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Parágrafo único – O Ensino Médio tem por objetivo, ainda, formar alunos autônomos, que tenham consolidado conhecimentos e habilidades e internalizado valores que lhes permitam prosseguir os estudos com competência, atuar de forma ativa na vida social e cultural, respeitar os direitos e as liberdades fundamentais do ser humano e os princípios da convivência fraterna e democrática.

CAPÍTULO IV – DOS OBJETIVOS DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Art. 11 – A inspiração e a orientação do trabalho educativo do Colégio Loyola encontram-se, basicamente, nas diretrizes traçadas pela Companhia de Jesus.

Art. 12 – Como integrante da Rede de Educandários da Companhia de Jesus, o Colégio Loyola tem como meta a formação de homens e mulheres imbuídos de uma visão humanista de mundo, competentes intelectualmente, orientados para o discernimento em face de valores contraditórios e capazes de, a partir da análise crítica da realidade, liderar processos de transformação social.

Art. 13 – O objetivo principal do Colégio Loyola é a formação integral e integradora de seus alunos, o que abrange os aspectos físico, afetivo, intelectual, religioso, familiar, cívico, social, comunitário e cultural.

CAPÍTULO V – DOS CURSOS OFERECIDOS

Art. 14 – Para a consecução de suas finalidades e atendendo a objetivos, princípios e disposições previstos na legislação vigente, o Colégio Loyola ministrará os seguintes cursos de Educação Básica:

- I. Ensino Fundamental: 1º ao 9º Ano.
- II. Ensino Médio: 1ª à 3ª Série.

§ 1º – Os cursos serão ministrados em período diurno, em um só turno ou em ambos os turnos – matutino e vespertino – ou, ainda, em período noturno, podendo o Colégio Loyola decidir, anualmente, no Plano Escolar, o horário de funcionamento de todas as séries, nos diferentes níveis de ensino oferecidos, devendo comunicar, oportunamente, quaisquer alterações a toda a Comunidade Educativa e cumprindo sempre o número de horas de efetivo trabalho escolar exigido pela legislação vigente.

§ 2º – O estabelecimento de ensino poderá, a juízo da Diretoria e da Entidade Mantenedora, sempre com a devida autorização da instância competente do Sistema de Ensino a que está vinculado, suprimir e/ou criar curso, adquirir novas dependências em outros locais e estabelecer parcerias com outras instituições educativas, tendo em vista as necessidades pedagógicas e o melhor serviço educacional.

TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I – DA DIRETORIA

SEÇÃO I – DA CONSTITUIÇÃO DA DIRETORIA

Art. 15 – A Diretoria do Colégio Loyola será exercida por um Reitor e um Diretor Geral, auxiliados por um Conselho Diretor.

Art. 16 – O Reitor é nomeado pelo Presidente da Entidade Mantenedora, recebe sua autoridade legal por delegação do Poder Público nos termos da Lei, encontrando-se, assim, investido em função de caráter oficial, tendo fé pública os atos por ele praticados no exercício do cargo.

Art. 17 – O Diretor Geral, também nomeado pelo Presidente da Entidade Mantenedora, recebe sua autoridade legal por delegação do Poder Público nos termos da Lei, encontrando-se, assim, investido em função de caráter oficial, tendo fé pública os atos por ele praticados no exercício do cargo.

Art. 18 – O Reitor juntamente com o Diretor Geral e os Diretores Acadêmico-Pedagógico, Administrativo e de Formação Cristã compõem o Conselho Diretor.

SEÇÃO II – DA COMPETÊNCIA DA REITORIA, DA DIRETORIA GERAL, DA DIRETORIA ACADÊMICO-PEDAGÓGICA, DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E DA DIRETORIA DE FORMAÇÃO CRISTÃ

Art. 19 – Compete ao Reitor:

- I. garantir a identidade inaciana e a pertença da Instituição à Companhia de Jesus;
- II. representar o Colégio Loyola perante a Entidade Mantenedora, as Autoridades Governamentais e Eclesiásticas;
- III. decidir, em nome da Entidade Mantenedora, sobre assuntos reservados a ela e dentro dos limites constantes na responsabilidade que dela recebe;
- IV. presidir reuniões do Conselho Diretor;
- V. apoiar e orientar a Direção Geral no desempenho de sua função;
- VI. representar o Colégio Loyola perante entidades, como sindicatos e semelhantes.

Art. 20 – Compete ao Diretor Geral:

- I. representar o Colégio Loyola perante a Associação dos Colégios Jesuítas (ACOJE) e perante outras entidades, como sindicatos e semelhantes;
- II. convocar e coordenar as reuniões do Conselho Diretor;
- III. tomar decisões como última instância em assuntos pertinentes ao Colégio Loyola;
- IV. coordenar, articular, presenciar e animar as atividades pedagógicas, religiosas, comunitárias e administrativas desenvolvidas no âmbito do estabelecimento de ensino, cuidando da unidade de todo o organismo;
- V. delegar poderes aos responsáveis pelos atos que dizem respeito às Coordenadorias Auxiliares identificadas no Organograma, integrando toda a Comunidade Educativa na visão explicitada pela Proposta Pedagógica do Colégio Loyola;
- VI. cumprir e fazer cumprir as Leis de Ensino, as determinações legais das autoridades competentes na esfera de suas atribuições, bem como as disposições deste Regimento Escolar.

Parágrafo Único – O Diretor Geral pode, no exercício de suas funções, delegar poderes ou atribuições a outros profissionais devidamente qualificados e habilitados, quando houver exigência legal aplicável, conforme as necessidades da gerência da instituição.

Art. 21 – Compete ao Diretor Acadêmico-Pedagógico:

- I. coordenar, com o apoio das instâncias Coordenação Pedagógica de Série e Assessoria Referência Pedagógica, o planejamento, a execução e a avaliação de todas as atividades do currículo escolar, garantindo a implementação da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola;
- II. acompanhar, avaliar e dar retorno sistemático ao Diretor Geral sobre o desempenho dos profissionais que atuam na área pedagógica;
- III. planejar e acompanhar o processo de capacitação dos profissionais docentes e não docentes que atuam na área pedagógica;
- IV. dar suporte ao trabalho de Coordenadores Pedagógicos de Série e de Assessores Referência Pedagógica no desempenho de suas funções;
- V. supervisionar os trabalhos da Secretaria Geral da Escola.

Art. 22 – Compete ao Diretor Administrativo, em consonância com o Diretor Geral, cuidar dos setores administrativos do Colégio Loyola, garantindo que este cumpra, eficazmente, sua missão expressa nos documentos da Companhia de Jesus.

Art. 23 – Compete ao Diretor de Formação Cristã organizar, orientar e supervisionar a vivência e a Educação Cristã de todas as atividades escolares do setor, a atenção e a orientação espiritual dos diversos membros da Comunidade Educativa, de modo a facilitar a contribuição de todos no processo de formação integral à luz da Fé Cristã e no crescimento do compromisso eclesial da escola.

SEÇÃO III – DA CONSTITUIÇÃO DAS COORDENADORIAS PEDAGÓGICAS DE SÉRIE E DA ASSESSORIA REFERÊNCIA PEDAGÓGICA

Art. 24 – As Coordenadorias Pedagógicas de Série, cujos dirigentes são nomeados pelo Diretor Geral, são órgãos que coordenam, dão suporte ao trabalho docente e avaliam a dimensão operacional de suas respectivas séries, de modo a fazer cumprir os objetivos expressos na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola e neste Regimento Escolar.

Parágrafo Único – Para o acompanhamento das atividades curriculares referentes aos Programas de Ensino dos diversos componentes curriculares, serão convidados e nomeados pelo Diretor Geral professores do Colégio Loyola, em exercício, para a função de assessor de área/professor-referência que tem como tarefas orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos Programas do seu componente curricular, como também o desenvolvimento acadêmico dos alunos nas atividades e avaliações.

Art. 25 – Os Coordenadores Pedagógicos de Série estão subordinados, hierarquicamente, à Diretoria Geral e, funcionalmente, à Direção Acadêmico-Pedagógica e trabalham em parceria com os Assessores Referência Pedagógica, contando, também, com o apoio de Docentes e Auxiliares de Coordenação.

Art. 26 – Os Assessores Referência Pedagógica estão subordinados, em primeira instância, à Diretoria Acadêmico-Pedagógica e trabalham em parceria com os Coordenadores Pedagógicos de Série, contando, ainda, com o apoio dos professores das disciplinas da área.

CAPÍTULO II – DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

SEÇÃO I – DO CONSELHO DIRETOR

Art. 27 – O Conselho Diretor é um órgão consultivo integrado pelo Reitor, pelo Diretor Geral, pelo Diretor de Formação Cristã, pelo Diretor Administrativo e pelo Diretor Acadêmico-Pedagógico.

Art. 28 – Compete ao Conselho Diretor analisar políticas e estratégias a serem traduzidas em ações pelos diversos segmentos e refletir sobre elas, de acordo com o Plano Escolar Anual, e assessorar o Diretor Geral.

SEÇÃO II – DOS CONSELHOS DE CLASSE

Art. 29 – O Conselho de Classe é o fórum colegiado de discussão e planejamento de projetos coletivos de ensino e atividades, formas de acompanhamento e critérios para apreciação do desempenho atitudinal e pedagógico de cada aluno em seu processo nas etapas escolares.

Art. 30 – Os Conselhos de Classe, presididos pelo Diretor Geral ou, mediante delegação, por outro profissional competente, são constituídos pelos Coordenadores Pedagógicos de Série e pelos respectivos professores da série e podem ter assessoria de outros profissionais do Colégio Loyola.

Parágrafo único – A critério do Diretor Geral, para determinados Conselhos de Classe, representantes do corpo discente poderão ser convidados.

Art. 31 – Os Conselhos de Classe, como órgãos avaliadores da ação educativa, serão realizados ordinariamente ao final de cada etapa letiva para avaliar o processo pedagógico. Após a recuperação final, acontecerá o Conselho de Classe Final, e, eventualmente, de modo extraordinário, poderá acontecer o Conselho de Classe Extraordinário para reavaliar (se houver) alguma questão pendente, convocado sempre pelo Diretor Geral; esse conselho será presidido pelo Diretor Geral ou, mediante delegação, por outro profissional.

Parágrafo único – Para a realização dos Conselhos de Classe, o Coordenador Pedagógico de Série deverá obedecer à normatização das ações estabelecidas pela Diretoria Geral e pela Diretoria Acadêmico-Pedagógica.

Art. 32 – As deliberações do Conselho de Classe são soberanas em primeira instância, condicionadas à homologação do Diretor Geral.

Art. 33 – Ao final do ano letivo, nos Conselhos de Classe, serão lavradas atas das reuniões segundo especificações legais e orientações internas contidas no Manual de Conselho de Classe, sendo elas assinadas pelos participantes e arquivadas na Secretaria Geral do Colégio.

CAPÍTULO III – DA SECRETARIA GERAL

SEÇÃO I – DA CONSTITUIÇÃO

Art. 34 – Os serviços da Secretaria Geral do Colégio são supervisionados pelo Diretor Acadêmico-Pedagógico e estão a cargo de um Secretário Escolar, nomeado pelo Diretor Geral, devendo ser profissional legalmente qualificado.

SEÇÃO II – DA COMPETÊNCIA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 35 – À Secretaria Geral do Colégio Loyola compete:

- I. realizar a tramitação formal da instituição, vinculando e prestando contas do Colégio aos Sistemas de Ensino oficiais;
- II. organizar o arquivo e a documentação;
- III. atender a alunos, pais e professores nos assuntos que dizem respeito ao Setor;
- IV. escriturar, registrar e emitir documentos escolares e institucionais;
- V. expedir históricos escolares, declarações e certificados de conclusão de ensino, com as especificações cabíveis, mediante solicitação formal do responsável.

Art. 36 – O Secretário Escolar é o responsável imediato pelo funcionamento da Secretaria Geral do Colégio devendo desempenhar a sua função sempre em consonância com os dispositivos da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola no que se refere às suas atribuições.

CAPÍTULO IV – DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS

SEÇÃO I – DOS SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DE SÉRIE E DA ASSESSORIA REFERÊNCIA PEDAGÓGICA

Art. 37 – Os Coordenadores Pedagógicos de Série atuam com poder delegado pela Direção Geral: acompanham o desenvolvimento e o rendimento dos alunos, informando-o às famílias desses, e são responsáveis, também, pela organização geral da série, buscando o melhor relacionamento entre alunos, professores e funcionários.

Art. 38 – Assessores Referência Pedagógica acompanham o desenvolvimento acadêmico-pedagógico das áreas, dos componentes curriculares e do trabalho das respectivas equipes de professores realizado nas diversas séries.

SEÇÃO II – DAS COMPETÊNCIAS DAS COORDENADORIAS E DA ASSESSORIA REFERÊNCIA PEDAGÓGICA

Art. 39 – Compete aos Coordenadores Pedagógicos de Série:

- I. atuar como o representante imediato da Direção Acadêmico-Pedagógica na série sob a sua responsabilidade;
- II. assumir as atribuições que lhe são delegadas e estabelecer procedimentos de ação na série, conforme as políticas decididas no Conselho Diretor;
- III. cumprir e fazer cumprir o Regimento Escolar;
- IV. gerenciar a implementação do Projeto Educativo da ACOJE e do Projeto Pedagógico da Escola na série, garantindo a unidade do trabalho realizado com os alunos nas diversas frentes curriculares;
- V. organizar e coordenar o trabalho realizado na série, analisando opiniões e sugestões apresentadas pelos docentes e considerando o parecer dos Assessores Referência Pedagógica;
- VI. fazer cumprir na série as decisões tomadas no Conselho Diretor;
- VII. elaborar, juntamente com a equipe de professores, o Plano de Trabalho da Série em consonância com as orientações da Direção Acadêmico-Pedagógica;
- VIII. elaborar, juntamente com as instâncias responsáveis, em consonância com as orientações da Direção Acadêmico-Pedagógica, o calendário para as atividades acadêmicas, de formação cristã, esportivas e culturais da série, observando e garantindo a integração vertical do processo educativo;
- IX. avaliar, em parceria com Assessores de Área/Professores-Referência, o cumprimento dos objetivos e conteúdos programáticos dos diversos componentes curriculares, bem como os resultados obtidos pelos alunos;
- X. animar e facilitar a realização das atividades propostas pela Área de Formação Cristã para alunos, educadores e pais de alunos da série;
- XI. organizar e presidir as reuniões específicas da equipe da série;
- XII. avaliar o desempenho dos educadores que trabalham na série, conforme critérios e procedimentos indicados pela Direção Geral da escola;
- XIII. agendar encontros individuais de avaliação com cada docente da equipe da série duas vezes por ano: no início do segundo trimestre e no final do terceiro trimestre, prestando contas do resultado dessas avaliações à Direção Acadêmico-Pedagógica;

- XIV. analisar os resultados das avaliações, identificando lacunas de aprendizagem em consonância com as orientações da Direção Acadêmico-Pedagógica e dos Assessores Referência Pedagógica, e providenciar, junto aos professores, as medidas de intervenção pedagógicas;
- XV. solicitar, pelos canais competentes e respeitando o tempo hábil estabelecido, os serviços de apoio, os materiais didáticos e o uso das instalações físicas demandadas pelos docentes da série;
- XVI. organizar e presidir, com a orientação da Direção Acadêmico-Pedagógica, as reuniões com os pais;
- XVII. atender aos pais, quando solicitado ou quando necessário para orientar o acompanhamento educativo dos seus filhos;
- XVIII. confeccionar e enviar circulares sobre atividades específicas da série para as famílias;
- XIX. elaborar o horário de aulas, considerando os critérios de eficácia pedagógica definidos pela Direção Acadêmico-Pedagógica;
- XX. definir, juntamente com os professores, o calendário de provas da série;
- XXI. encarregar-se da montagem das turmas, considerando para tal os critérios indicados pela Direção Acadêmico-Pedagógica;
- XXII. providenciar a substituição temporária de professores faltosos ou em licença;
- XXIII. participar, junto com a Direção Acadêmico-Pedagógica, na seleção e na contratação de pessoal docente de sua série;
- XXIV. participar do processo de admissão de alunos, de acordo com a solicitação da Direção Acadêmico-Pedagógica ;
- XXV. propor a mudança de turma ou a transferência de alunos da escola, após ouvir o parecer dos educadores da série e considerar o Regimento Escolar;
- XXVI. fazer cumprir as exigências e os prazos determinados pela Secretaria Geral da Escola quanto ao preenchimento dos Diários de Classe;
- XXVII. supervisionar e orientar o trabalho dos auxiliares de Coordenação Pedagógica de sua Série;
- XXVIII. elaborar relatórios trimestrais de desempenho acadêmico dos alunos conforme formulário do Manual de Conselho de Classes entregue pela Direção Acadêmico-Pedagógica e entregar os relatórios à Direção Acadêmico-Pedagógica uma semana após o Conselho de Classe de cada etapa para marcação do Pós-Conselho de Classe;
- XXIX. informar, sistematicamente, as atividades da série que devem ser registradas e/ou publicadas nos diversos canais de comunicação da Escola;
- XXX. participar das reuniões de Coordenação Pedagógica de Série com a Direção Acadêmico-Pedagógica , trazendo para essas instâncias as questões da série que não foram resolvidas naquela instância;
- XXXI. participar da escala de plantões de acolhida e de despedida dos alunos, no turno de aula, cuidando para que haja harmonia e tranquilidade nesses momentos;
- XXXII. preparar, convocar e presidir, por delegação da Direção Geral e da Direção Acadêmico-Pedagógica, os Conselhos de Classe.

Art. 40 – Compete ao Assessor Referência Pedagógica:

- I. participar da formulação de um modelo de aplicação do Paradigma da Pedagogia Inaciana, a ser adotado pelo Colégio, que apresente definições precisas e práticas sobre o Ensino, a Aprendizagem, o Conhecimento e a Avaliação;
- II. acompanhar o planejamento e a organização do trabalho dos docentes de sua área/ disciplina, visando a uma maior qualidade acadêmica e a uma maior coerência entre a prática pedagógica dos docentes e a proposta educativa do Colégio;

- III. definir, a partir das orientações dos órgãos competentes, os objetivos gerais da(s) disciplina(s), acompanhando a organização da rede de conteúdos ao longo da matriz curricular e precisar critérios metodológicos para o planejamento, a condução, o ensino e a avaliação das aprendizagens dos conteúdos;
- IV. propor, planejar e acompanhar modalidades para o tratamento interdisciplinar de alguns conteúdos programáticos que favoreçam uma aprendizagem mais integrada e de maior profundidade;
- V. assessorar os professores, de acordo com as tarefas antes mencionadas, na elaboração do Programa de Ensino para cada série e manter registro atualizado desse Programa, acompanhando e supervisionando sua execução;
- VI. garantir a aplicação dos critérios de avaliação das aprendizagens definidos na Proposta Pedagógica da Escola, de acordo com a especificidade de cada disciplina, incentivando a adoção de formas diversificadas de avaliação em concordância com as inovações metodológicas definidas pela Escola;
- VII. presidir as reuniões de professores de sua área /disciplina, informando o Diretor Acadêmico-Pedagógico sobre conclusões e decisões mais relevantes e socializar essas informações com as Coordenações Pedagógicas das Séries envolvidas;
- VIII. analisar as provas globalizantes e, por amostragem, outros instrumentos de avaliação escrita elaborados pelos professores, sugerindo os ajustes necessários aos autores;
- IX. indicar, a partir das deficiências diagnosticadas, as necessidades de aperfeiçoamento dos professores de sua área/disciplina;
- X. decidir, depois de ouvir os professores, sobre os livros, as apostilas e os demais materiais didáticos que serão adotados nas diferentes séries e apresentar ao Coordenador Pedagógico de Série a decisão tomada para confirmação;
- XI. participar, quando solicitado pelos Coordenadores Pedagógicos de Série e/ou indicado pelo Diretor Acadêmico-Pedagógico, das reuniões de pais para prestar esclarecimentos relativos à(s) disciplina(s) de sua área;
- XII. participar, como membro da Equipe Pedagógica, das reuniões com a Direção Acadêmico-Pedagógica da Escola.

SEÇÃO III – DA BIBLIOTECA

Art. 41 – A biblioteca do Colégio Loyola atende a alunos, professores e funcionários, de acordo com as especificidades de cada segmento, sob a responsabilidade de um bibliotecário, um professor coordenador e demais funcionários do setor, no desenvolvimento das atividades literárias e culturais do Setor.

Art. 42 – A Biblioteca organizará, durante o ano letivo, momentos sistemáticos de atividades literárias por meio das diversas manifestações culturais das linguagens.

SEÇÃO IV – DOS SETORES DE TECNOLOGIAS

Art. 43 – O Setor de Tecnologias responde pelo suporte tecnológico do Colégio, sob a responsabilidade de um gerente de tecnologias.

SEÇÃO V – DO SETOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Art. 44 – O Setor de Apoio Tecnológico dinamiza os serviços de tecnologia educacional e audiovisual e dá suporte aos projetos pedagógicos e à capacitação docente, sob a responsabilidade de um coordenador.

Art. 45 – Os laboratórios de informática educativa estão à disposição do corpo docente e discente.

Art. 46 – O Colégio Loyola disponibiliza o acesso de docentes e discentes à rede WiFi corporativa, pois tem como objetivo a qualificação do uso da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem-avaliação.

Art. 47 – O acesso à rede WiFi é monitorado por um Serviço de Gestão de Conteúdos, o qual libera ou restringe o tema pesquisado.

Art. 48 – As normas de acesso e utilização à rede WiFi estão contidas na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

Parágrafo único – O não-cumprimento dos compromissos estipulados nestas normas, ainda que por mera tentativa de burla, sujeitará o violador às medidas educativas, administrativas e legais cabíveis – contidas neste Regimento Escolar; o respectivo violador e/ou seu responsável legal arcará, pessoalmente, com os danos morais e materiais decorrentes de qualquer ação ilícita e/ou ilegal, além das sanções administrativas, civis ou penais cabíveis.

Art. 49 – Ao aluno que fizer uso indevido da imagem da Unidade Educacional, de professores, funcionários e de outros alunos em páginas na internet (sites, blogs, Facebook, WhatsApp, chats e outros), serão aplicadas as penalidades conforme legislação em vigor.

Parágrafo único – O não-cumprimento dos compromissos estipulados nestas normas, ainda que por mera tentativa de burla, sujeitará o violador às medidas educativas, administrativas e legais cabíveis – contidas neste Regimento Escolar; o respectivo violador e/ou seu responsável legal arcará, pessoalmente, com os danos morais e materiais decorrentes de qualquer ação ilícita e/ou ilegal, além das sanções administrativas, civis ou penais cabíveis.

Art. 50 – A partir de 2015, será introduzido o Programa de Implantação de Atividades de Ensino de Linguagem Computacional gradualmente, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio.

Parágrafo único – Esse Programa inicia-se com o 6º Ano do EF II, dentro dos componentes curriculares das disciplinas de Matemática, Ciências e Língua Estrangeira – Inglês.

SEÇÃO VI – DO APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL

Art. 51 – O Colégio Loyola organizará, durante o ano letivo, momentos sistemáticos de reflexão sobre aspectos pedagógicos do processo educativo e atualização dos educadores, dentro do conceito de formação continuada.

Art. 52 – A reflexão pedagógica de educadores e funcionários visará à mobilização para a construção de um estilo de docência iniciano e à reformulação de projetos específicos para o alcance das metas e estará sempre articulada com a melhoria da excelência acadêmica e da formação humana e cristã no desenvolvimento do trabalho do Colégio Loyola.

Parágrafo único – A disponibilidade para participar dos momentos formais de reflexão pedagógica é condição essencial para a permanência do professor no Colégio Loyola.

CAPÍTULO V – DOS SERVIÇOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS AUXILIARES

Art. 53 – O Colégio Loyola disporá de tantos serviços didático-pedagógicos quantos forem necessários para a consecução da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

CAPÍTULO VI – DA ÁREA DE FORMAÇÃO CRISTÃ

Art. 54 – A Área de Formação Cristã é responsável pela dinamização da vivência, da Educação Cristã e das atividades de religiosidade e espiritualidade do currículo e pela atenção e orientação espiritual aos diversos membros da Comunidade Educativa e pela congregação dos antigos alunos.

Parágrafo único – No Colégio Loyola, instituição de inspiração inaciana, todos os membros da Comunidade Educativa são responsáveis pela Formação Cristã, devendo, cada um, de acordo com suas funções, partilhar do mesmo espírito de Missão Apostólica.

CAPÍTULO VII – DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Art. 55 – A Assessoria de Comunicação é um órgão subordinado à Direção Geral com o objetivo de promover a comunicação integrada entre diferentes áreas e setores do Colégio, promover a interação com os alunos, as famílias, a comunidade de entorno e outras obras da Companhia de Jesus.

CAPÍTULO VIII – DAS INSTITUIÇÕES DOCENTES, DISCENTES, GRÊMIO ESTUDANTIL, ANTIGOS ALUNOS E REPRESENTAÇÃO DE PAIS

SEÇÃO I – DA PARTICIPAÇÃO NA VIDA ESCOLAR

Art. 56 – A participação de todos os membros da Comunidade Educativa se dará nos níveis, nas possibilidades e nas funções de cada um, segundo as finalidades específicas.

SEÇÃO II – DO GRÊMIO ESTUDANTIL

Art. 57 – O Grêmio estudantil é o órgão de representação dos alunos do Colégio Loyola, diretamente ligado à Direção Geral, tendo como principais objetivos:

- I. representar os alunos junto a quaisquer órgãos, pessoas ou poderes do Colégio Loyola e da sociedade;
- II. garantir aos associados espaços e oportunidades de atuação que lhes permitam aprimoramento pessoal, social e cultural, desde que haja parecer favorável da Direção.

SEÇÃO III – DA ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS

Art. 58 – A Associação dos Antigos Alunos é órgão de representação dos antigos alunos do Colégio Loyola, diretamente ligado à Direção Geral, e tem como objetivo construir uma comunidade de antigos alunos para viver e propagar nossos valores por meio do serviço à cidadania.

SEÇÃO IV – DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO LOYOLA

Art. 59 – A Associação de Pais do Loyola – APL –, entidade sem fins lucrativos, é o órgão de representação dos pais dos alunos do Colégio Loyola, dotado de estatuto próprio.

TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

SEÇÃO I – DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 60 – O Ensino Fundamental tem a duração mínima de nove anos, cumprindo a jornada diária e o número de dias letivos previstos na legislação vigente, de acordo com a Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

SEÇÃO II – DO ENSINO MÉDIO

Art. 61 – O Ensino Médio tem a duração mínima de três anos, cumprindo a jornada diária e o número de dias letivos previstos na legislação vigente, de acordo com a Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

CAPÍTULO II – DA COMPOSIÇÃO DOS CURRÍCULOS

Art. 62 – O Colégio Loyola assume uma matriz curricular de inspiração humanista, atendendo à regulamentação da legislação vigente, com suas especificações na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

Art. 63 – O Colégio Loyola assume como próprios os objetivos definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para os diversos segmentos escolares, enunciados nos respectivos artigos, bem como os princípios expressos nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Art. 64 – A composição dos currículos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio está estruturada atendendo a uma Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada, segundo as diretrizes da Lei 9.394/96, podendo ser enriquecidos com uma parte complementar.

§ 1º – As Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio constituem anexos da Proposta Pedagógica e nelas estão especificadas áreas de conhecimento e componentes curriculares, bem como as respectivas cargas horárias.

§ 2º – Embora os componentes curriculares apareçam divididos na Matriz Curricular em cada nível de ensino, o trabalho educativo do Colégio Loyola poderá ser desenvolvido de modo interdisciplinar e/ou transversal, conforme a conveniência do processo de ensino e aprendizagem à luz da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

§ 3º – As Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio podem ser anualmente avaliadas, revistas e alteradas em vista de uma formação mais aprimorada do corpo discente e de suas aspirações, desde que isso não comprometa a unidade harmônica do currículo pleno e atenda às normas legais vigentes.

§ 4º – A programação curricular do Ensino Médio destaca, conforme prevista na legislação vigente, a educação acadêmica e tecnológica básica; a compreensão do significado das Ciências, das Letras e das

Artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, de acesso ao conhecimento e de exercício da cidadania; e atividades de estágio social para formação humana cristã.

Art. 65 – O Projeto de Formação para a Cidadania está sendo implantando, desde 2014, no 8º e 9º Anos do Ensino Fundamental II e nos anos subsequentes na 1ª e 2ª Séries do Ensino Médio.

Parágrafo Único – O Projeto de Formação para a Cidadania tem como objetivo, pautado no cotidiano do Colégio Loyola, questões afetas à cidadania e à promoção da justiça, por meio de um contato direto com situações de privação de direitos e vulnerabilidade e do questionamento criterioso acerca das causas das desigualdades, por meio de um arcabouço teórico-conceitual adequado.

Art. 66 – Em qualquer época, de acordo com as necessidades do processo de ensino e aprendizagem, o Colégio Loyola poderá organizar grupos não seriados, com base na idade do aluno, na competência e em outros critérios, ou mesmo forma diversa de organização, seja para o ensino de línguas estrangeiras, seja para outras disciplinas ou áreas de estudo.

CAPÍTULO III – DOS PROGRAMAS DE ENSINO E DOS PLANEJAMENTOS CURRICULARES DE ENSINO

Art. 67 – Os objetivos de cada componente curricular têm como referência fundamental as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais e estão a serviço dos objetivos gerais de educação que fundamentam a Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

Art. 68 – A elaboração dos programas de ensino será de responsabilidade dos Assessores Referência Pedagógica de cada área / disciplina em atuação conjunta para montagem dos planejamentos de curso, com os respectivos professores, Coordenadores Pedagógicos de Série, devendo ser definidos de acordo com os componentes curriculares registrados nas Matrizes Curriculares e com os objetivos educacionais do Colégio Loyola.

Art. 69 – Os programas de ensino e os planejamentos curriculares de ensino são elaborados em conformidade com as normas emanadas pelos órgãos educacionais competentes, com a inclusão de conteúdos no Ensino Fundamental e/ou no Ensino Médio, no qual couber, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único – Integram os programas de ensino e o planejamentos curriculares de ensino, nos formatos listados, em conformidade com as demandas da sociedade e com a legislação vigente:

- I. História e Cultura Afro-Brasileiras e a Educação Indígena – integradas especialmente nos componentes curriculares Arte, História, Geografia, Sociologia e Língua Portuguesa/Literatura.
- II. Educação e Relações étnico-raciais – temas analisados especialmente nos componentes curriculares Arte, História, Geografia, Sociologia e Língua Portuguesa/Literatura.
- III. Filosofia, Sociologia, Introdução à Teologia e Formação Sociopolítica – são oferecidas no Ensino Médio como disciplinas.
- IV. Programa de Higiene Bucal e estudos sobre uso de drogas e dependência química – ministrados nos componentes curriculares da Área de Ciências da Natureza.
- V. Literatura Infante-Juvenil – oferecida em conjunto com a Língua Portuguesa, do 1º ao 9º Ano.
- VI. Educação Ambiental, Formação para o Trabalho e os Temas Transversais – serão incluídos em estudos e atividades integradas em todas as séries do Ensino Fundamental; no Ensino Médio, nas áreas de Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

- VII. Conhecimentos sobre a Educação para o Trânsito – serão incluídos em estudos e atividades integradas em todas as séries do Ensino Fundamental; no Ensino Médio, nas áreas de Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.
- VIII. Conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes – serão incluídos em estudos e atividades integradas em todas as séries do Ensino Fundamental; no Ensino Médio, nas áreas de Linguagens, Ciências Humanas e Ciências da Natureza.
- IX. Atividades de informática – são desenvolvidos trabalhos integrados aos diversos componentes curriculares.
- X. Prática de laboratório – integra as atividades de Ciências da Natureza.
- XI. Laboratórios – são abordados os componentes curriculares de Física, Química e Biologia, na 1ª e 2ª Séries do Ensino Médio, de forma que a teoria seja vivenciada na prática cotidiana do educando.
- XII. Oficina de redação – oferecida em conjunto com a Língua Portuguesa no 8º e 9º Anos do Ensino Fundamental e como disciplina no Ensino Médio.
- XIII. Laboratório de Linguagens – trabalhos integrados na área de Linguagens, no Ensino Fundamental I.
- XIV. Educação para o Consumo – integrada a História e Geografia.
- XV. Orientação Sexual integrada a Ciências da Natureza.
- XVI. A inserção de estudos relacionados à Educação em Direitos Humanos ocorrerá no componente curricular Formação Sociopolítica;
- XVII. A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à Proposta Pedagógica do Colégio, sendo sua exibição obrigatória por, no mínimo, 02 (duas) horas mensais.

CAPÍTULO IV – DO ANO LETIVO

Art. 70 – O Calendário Anual indicará os dias de atividades escolares e as datas que tenham implicação direta no processo educativo, a critério da Direção Geral.

Parágrafo único – As aulas, em todos os níveis de ensino, terão sua duração fixada na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola, de forma a preencher em seu conjunto a jornada prevista na legislação em vigor.

Art. 71 – Desde que ministre o número mínimo de dias previstos na legislação vigente, ou seja, 200 (duzentos) dias letivos, cabe somente ao Colégio Loyola decidir sobre o início e o término do ano letivo, férias e recessos escolares, levando em conta os dispositivos legais, independentemente do ano civil.

Parágrafo único – O calendário escolar poderá ser alterado a critério do Colégio, respeitada a exigência legal mínima de carga horária: 800 (oitocentas) horas e de dias letivos: 200 (duzentos) dias.

Art. 72 – As férias escolares, cuja duração é fixada anualmente pela Direção do Colégio Loyola, são concedidas entre períodos letivos regulares, de acordo com as disposições legais.

CAPÍTULO V – DO SISTEMA DE ADMISSÃO E SELEÇÃO DE ALUNOS NOVATOS

Art. 73 – O Colégio Loyola promoverá o processo de admissão e seleção de novos alunos de acordo com as necessidades e/ou decisões estabelecidas pelo Conselho Diretor.

Art. 74 – O processo de admissão e seleção de novos alunos inclui uma série de etapas previstas na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola e terá como fim verificar a sintonia e a adequação do candidato e de sua família com a filosofia do Colégio Loyola.

CAPÍTULO VI – DA MATRÍCULA

Art. 75 – A matrícula é feita anualmente e será realizada de acordo com os dispositivos internos do Colégio Loyola em datas previamente divulgadas.

Art. 76 – A relação Contratante – pais ou responsáveis – e Contratado – a ASSOCIAÇÃO NÓBREGA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (ANEAS) – rege-se por um Contrato de Prestação de Serviços de Educação Escolar.

Art. 77 – Somente aos alunos devidamente matriculados é permitida a frequência às atividades do Colégio Loyola.

Art. 78 – A matrícula poderá ser:

I. Inicial:

- a. O representante financeiro responsável pelo candidato deverá requerer sua matrícula, no período definido e previamente divulgado pelo Colégio Loyola, após submeter-se a processo de seleção e admissão de alunos novatos para o 1º Ano do Ensino Fundamental, de acordo com as orientações legais vigentes e com o disposto na Proposta Pedagógica e Edital do Colégio Loyola, e será admitido na série conveniente, conforme a faixa etária e a maturidade;
- b. para as demais séries, o candidato será submetido a um processo de seleção e será classificado para a série pretendida a partir do nível de conhecimento apresentado no processo de seleção descrito no edital de seleção e admissão de alunos novatos do Colégio Loyola.

II. Renovada:

- a. para o aluno que terminou de cursar, neste estabelecimento de ensino, a série imediatamente anterior;
- b. para o aluno que volta a frequentar o Colégio Loyola após o intervalo de um período letivo, a fim de prosseguir estudos interrompidos por motivo justificado e aceito pelo Colégio; nesse caso, a matrícula está condicionada ao atendimento dos passos descritos na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola;
- c. a renovação da matrícula poderá ser indeferida pela Direção Geral sempre que houver razão substancial fundamentada neste Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

III. Por transferência: quando o aluno é procedente de outras instituições escolares, submeter-se-á ao processo de seleção de acordo com o disposto na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola e deverá apresentar documentação nos termos da legislação em vigor.

IV. Por reclassificação: ocorre quando o aluno é egresso de uma escola cujo regime seja diverso daquele adotado pelo Colégio Loyola; nesse caso, ele deverá submeter-se a diagnóstico realizado pelo Colégio, de acordo com o disposto previsto na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

V. Transferência de Colégios Jesuítas: alunos advindos de outros Colégios Jesuítas têm a aceitação de sua transferência de forma automática, desde que munido de uma carta de apresentação da

Direção Geral da escola de origem, e o Colégio Loyola providenciará, se necessário, os estudos de ajustamento pedagógico para o aluno.

Parágrafo único – O Colégio Loyola não se responsabiliza pelas matrículas não renovadas dentro dos prazos anteriormente estabelecidos, nem se considera na obrigação de reservar vaga a aluno cujo requerimento de matrícula não tenha chegado à Secretaria Geral do Colégio dentro do prazo marcado e com a documentação completa.

Art. 79 – A matrícula poderá ser indeferida em quaisquer destas situações:

- I. não-cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços de Educação Escolar;
- II. inadequação ou inadaptação do aluno com relação à Proposta Pedagógica do Colégio Loyola, questões de inadaptação relativas ao desempenho acadêmico e/ou atitudes esperadas dos alunos ou às previstas neste Regimento Escolar.

Art. 80 – O aluno reprovado no Colégio Loyola poderá permanecer no estabelecimento de ensino, com a aprovação específica da Direção Geral, assessorado pelo Conselho de Classe, por motivos fundamentados em critérios de ordem qualitativa, devendo, então, a matrícula ser efetivada mediante requerimento formalizado por pai, mãe ou responsável.

Art. 81 – A matrícula implica a aceitação integral, por parte da família e do aluno, da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola, dos seus princípios educativos, das disposições deste Regimento Escolar e dos compromissos previstos no Contrato de Prestação de Serviços de Educação Escolar.

Parágrafo único – Incorporar-se-ão a este Regimento Escolar, automaticamente, todas as informações complementares expedidas pela Unidade Educacional, tais como: manual, avisos, circulares, recomendações, orientações, entre outros.

CAPÍTULO VII – DA MATRÍCULA DO ALUNO INTERCAMBISTA

Art. 82 – O aluno intercambista poderá ser matriculado no Colégio Loyola, observadas e cumpridas as normas estabelecidas na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

CAPÍTULO VIII – DA MATRÍCULA E AVALIAÇÃO DO ESTUDANTE ESTRANGEIRO PARTICIPANTE DE INTERCÂMBIO

Art. 83 – O estudante estrangeiro participante de intercâmbio, com o objetivo de conhecer e vivenciar a cultura brasileira, poderá ser matriculado no Colégio Loyola, em qualquer período do ano letivo escolar, observadas as normas estabelecidas na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

CAPÍTULO IX – DO SISTEMA DE TRANSFERÊNCIAS

Art. 84 – As transferências do Colégio Loyola para outro estabelecimento de ensino podem ser efetuadas de acordo com este Regimento Escolar e com o Contrato de Prestação de Serviços de Educação Escolar.

Art. 85 – A transferência de um aluno de outro estabelecimento de ensino para o Colégio Loyola, durante o ano letivo, só é admissível em condições excepcionais, ficando a concessão a critério e sob a responsabilidade do Diretor Geral.

Parágrafo único – No caso da concessão da transferência, será feita a transposição para os critérios adotados no Colégio Loyola e constantes deste Regimento Escolar no que se refere à apuração da assiduidade e do rendimento escolar.

Art. 86 – A transferência será sempre requerida pelo responsável financeiro, presencialmente, na Secretaria Geral do Colégio Loyola, em requerimento próprio, não podendo ser retirado do local.

CAPÍTULO X – DO REGIME DE FREQUÊNCIA

Art. 87 – A Proposta Pedagógica do Colégio Loyola supõe participação e assiduidade de todos os alunos em todas as atividades expressas na Matriz Curricular.

Art. 88 – A frequência mínima obrigatória para aprovação será de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as atividades curriculares, conforme determina a legislação vigente.

CAPÍTULO XI – DO ATENDIMENTO A ALUNOS EM SITUAÇÃO ESPECIAL

Art. 89 – Será dispensado tratamento especial ao aluno que se encontre nas situações previstas:

- I. no Decreto-Lei nº 1.044/69, de 21/10/1969;
- II. se convocado temporariamente para o Serviço Militar, desde que suas faltas se deem em virtude de obrigações decorrentes dessa situação;
- III. de estudantes que realizaram parte dos estudos no exterior e requeiram sua matrícula no Colégio Loyola;
- IV. excepcional e não previstos nos itens anteriores, após apurado estudo pelo corpo técnico-administrativo.

Art. 90 – O tratamento a ser dispensado aos alunos enquadrados nas situações previstas no artigo anterior, no que se refere à matrícula, ao aproveitamento escolar e à frequência, deverá ser planejado pelo Coordenador Pedagógico de Segmento, em consonância com as orientações da Direção Acadêmica.

§ 1º – Para efeito da avaliação do rendimento escolar dos alunos, nessas situações a aplicação das provas terá o mesmo teor e abrangência curricular do conteúdo ministrado na etapa escolar.

§ 2º – As avaliações aplicadas aos alunos em situações especiais supracitadas receberão o mesmo tratamento estabelecido de acordo com os critérios de correção, pontuação e nivelamento da aprendizagem previstos neste Regimento Escolar para resultados de aprovação, recuperação e reprovação.

Art. 91 – Aos alunos que se encontrarem na situação prevista no Decreto-Lei nº 1.044/69, comprovado por laudo médico, será permitido o atendimento especial por meio de:

- I. dispensa de frequência, enquanto perdurar, comprovadamente, a situação excepcional;
- II. atribuição de exercícios, provas, testes, trabalhos e tarefas para elaboração e execução, de acordo com as possibilidades do Colégio Loyola.

Parágrafo Único – O tratamento previsto neste artigo não poderá ser aplicado se a situação excepcional do aluno perdurar por todo o período letivo, bem como durante a Recuperação Final, podendo, nesse caso, a situação ser analisada a critério da Direção Geral, de acordo com a Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

TÍTULO V – DA VERIFICAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

CAPÍTULO I – DA VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 92 – A verificação do rendimento escolar é parte integrante do processo educativo e observará os seguintes critérios:

- I. avaliação contínua e formativa do desempenho do aluno nas atividades curriculares, considerando os resultados acadêmicos absolutos (soma dos pontos obtidos) bem como o desenvolvimento relativo do aluno ao longo do ano;
- II. aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- III. provas de recuperação, no decorrer das etapas e no final do ano letivo, conforme o disposto no capítulo específico deste Regimento Escolar e detalhado na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

CAPÍTULO II – DA AVALIAÇÃO

Art. 93 – Os instrumentos de avaliação subdividem da seguinte forma:

I – Avaliação Globalizante – prova que engloba conteúdos e habilidades trabalhadas ao longo das etapas letivas, seguindo normas específicas constantes da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

II – Simulado – instrumento avaliativo que deve simular (na estrutura e nas condições de aplicação) provas de vestibular e/ou ENEM (avaliações externas), seguindo normas específicas constantes da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

III – Atividades Diversificadas – são atividades em que se pretende diversificar a forma de avaliar o processo ENSINO/APRENDIZAGEM/AVALIAÇÃO por meio dos conteúdos e das habilidades, seguindo normas específicas constantes da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

IV – Avaliação Integrada – prova que engloba conteúdos, competências e habilidades fundantes de uma etapa letiva, seguindo normas específicas constantes da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

Art. 94 – A Avaliação Integrada não é obrigatória; trata-se de uma opção que poderá ser usufruída pelo aluno, e, caso opte por realizá-la, ele poderá escolher apenas uma das opções:

- I – como Avaliação de Segunda Chamada;
- II – como Recuperação da nota da Avaliação Globalizante de menor valor;
- III – como Suplementar.

Art. 95 – A Avaliação Integrada, em qualquer opção do aluno, obedece às normas estabelecidas na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

CAPÍTULO III – DA RECUPERAÇÃO FINAL

Art. 96 – Ao final da 3ª Etapa letiva, aos alunos que não conseguirem, durante o ano letivo, os pontos necessários para aprovação – 60% (sessenta por cento) do total distribuído – em até 03 (três) disciplinas no Ensino Fundamental e até 04 (quatro) disciplinas no Ensino Médio, desde que tenham obtido o mínimo de 40 (quarenta) pontos em cada uma dessas disciplinas, será oferecida a oportunidade de Recuperação Final.

Art. 97 – A Recuperação Final não é cobrada do aluno e suas orientações específicas encontram-se discriminadas na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

CAPÍTULO IV – DA PROMOÇÃO

Art. 98 – Será aprovado o aluno que obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos anuais em cada um dos componentes curriculares e, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência do total das horas letivas para aprovação nas aulas/atividades curriculares, preenchendo as condições dispostas na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

TÍTULO VI – DA ORGANIZAÇÃO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I – DO PESSOAL DOCENTE

SEÇÃO I – DA ADMISSÃO E DAS FUNÇÕES

Art. 99 – No Colégio Loyola, os professores são corresponsáveis pela efetivação da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola e colaboradores da Companhia de Jesus na consecução da missão educativa.

Art. 100 – As funções docentes serão exercidas por pessoas devidamente habilitadas e qualificadas, em obediência às normas legais aplicáveis.

Art. 101 – O pessoal docente será contratado pelo Diretor Geral após o processo de seleção estabelecido no Colégio Loyola.

Parágrafo único – Ao ser admitido no estabelecimento de ensino, o profissional docente tomará conhecimento da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola e deste Regimento Escolar e das atribuições e funções do cargo, sabendo que sua vinculação contratual implica a aceitação deste Regimento Escolar e do processo de avaliação permanente do seu desempenho.

Art. 102 – O pessoal docente está subordinado, funcionalmente, ao Coordenador Pedagógico de Série e, hierarquicamente, à Direção Acadêmico-Pedagógica.

SEÇÃO II – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 103 – Compete ao pessoal docente:

I – Na gestão acadêmica

- a) Conhecer a Proposta Pedagógica do Colégio Loyola e aceitá-la como base para o trabalho desenvolvido na disciplina que leciona.
- b) Conhecer, cumprir e fazer cumprir o Regimento Escolar.
- c) Responsabilizar-se, no âmbito da disciplina que leciona, pelo desenvolvimento do trabalho educativo, inclusive processos de recuperação da aprendizagem e da nota, à luz da Proposta Pedagógica do Colégio.
- d) Definir, junto ao Assessor de Área/Professor-Referência, os objetivos gerais da disciplina e elaborar o Planejamento Anual de Curso dos conteúdos programáticos dessa a partir de Programas de Ensino.
- e) Participar, com os Assessores Referência Pedagógica e com os Coordenadores Pedagógicos de Série, da decisão sobre os materiais didáticos a serem utilizados na disciplina que leciona e na série em que trabalha.

- f) Preparar o material didático necessário para o desenvolvimento dos conteúdos de sua disciplina de acordo com os critérios e com as orientações do Assessor Referência Pedagógica e da Coordenação Pedagógica de Série.
- g) Preparar os instrumentos de avaliação de aprendizagem, desenvolvendo formas alternativas de verificação que permitam aferir o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências considerando as orientações da capacitação em serviço.
- h) Preencher os Diários de Classe, deixando-os à disposição para controle e fiscalização oficiais.
- i) Entregar à Secretaria Geral da Escola os resultados e as notas dos alunos dentro dos prazos determinados.
- j) Participar dos Conselhos de Classe fornecendo os dados solicitados pela presidência do mesmo.
- k) Manter atualizadas as informações acadêmicas dos alunos no sistema tecnológico.

II – Na gestão da sala de aula

- a) Assumir, como responsabilidade docente, a normalização do ambiente da sala de aula, observando o Regimento Escolar e considerar os acordos feitos na Equipe de Série para corrigir os alunos com dificuldades de responder a esses acordos.
- b) Entregar ao Coordenador Pedagógico de Série elementos sobre as turmas e alunos que demandem acompanhamento específico e aconselhar-se com o titular dessa função sobre as estratégias mais eficazes de acompanhamento dos alunos na sala de aula.
- c) Atender às famílias que necessitem de orientação/informação específica, sempre que solicitado pelo Coordenador Pedagógico de Série.
- d) Promover atividades que propiciem o desenvolvimento de outras habilidades, além daquelas que estão direcionadas às de informação do conhecimento por parte do aluno.
- e) Zelar pela normalização dos alunos nos diversos ambientes da escola seja em sala de aula ou fora dela, e estar atento à postura deles e intervir, sempre que necessário, para ajudá-los a tomar consciência das mudanças que se fazem necessárias, de acordo com as orientações para o desenvolvimento da autonomia pessoal e intelectual, com o objetivo de torná-los críticos, conscientes e responsáveis.
- f) Empenhar-se por conhecer cada aluno e atendê-lo em suas necessidades pessoais, seja no plano da aprendizagem de conteúdos, seja no aspecto de desenvolvimento pessoal e atitudinal.
- g) Estar atento ao desenvolvimento da consciência social dos estudantes, oferecendo-lhes possibilidades de experiência, reflexão e ação que favoreçam a formação de uma atitude compassiva e comprometida diante da realidade.

III – No trabalho em equipe

- a) Comparecer às reuniões dos docentes convocadas pela Direção da Escola, pelo Coordenador Pedagógico de Série e/ou pelo Assessor Referência Pedagógica.
- b) Participar dos eventos de capacitação promovidos pela Escola.
- c) Colaborar para o êxito do trabalho da série, da área e da disciplina, indicando aos pares e às Coordenações respectivas caminhos de solução para os desafios enfrentados no dia a dia do trabalho.
- d) Atuar de maneira ética e preservar o profissionalismo nas relações estabelecidas nos diversos âmbitos da Escola.
- e) Observar as instâncias de comunicação institucional no tratamento de informações relativas ao trabalho e às pessoas.

SEÇÃO III – DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 104 – Os deveres e direitos do pessoal docente são aqueles estabelecidos pelas legislações vigentes e pelas regulamentações internas do Colégio Loyola.

SEÇÃO IV – DAS SANÇÕES

Art. 105 – A inobservância de deveres e exigências comunitárias sujeita o profissional a sanções gradativas, sendo elas advertências verbais, advertências escritas, suspensões por tempo determinado e a demissão, observadas sempre as leis trabalhistas.

Art. 106 – Ao docente que fizer uso indevido da imagem da Unidade Educacional, de professores, funcionários e de alunos em páginas na internet (sites, blogs, Facebook, WhatsApp, chats e outros), serão aplicadas as penalidades conforme legislação em vigor.

Parágrafo único – O não-cumprimento dos compromissos estipulados nestas normas, ainda que por mera tentativa de burla, sujeitará o violador às medidas educativas, administrativas e legais cabíveis – contidas neste Regimento Escolar; o respectivo violador arcará, pessoalmente, com os danos morais e materiais decorrentes de qualquer ação ilícita e/ou ilegal, além das sanções administrativas, civis ou penais cabíveis.

CAPÍTULO II – DO PESSOAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

SEÇÃO I – DA ADMISSÃO E DAS FUNÇÕES

Art. 107 – No Colégio Loyola, tanto os professores como os funcionários técnicos e administrativos são corresponsáveis pela efetivação da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola e colaboradores da Companhia de Jesus na consecução da missão educativa.

Art. 108 – As funções técnicas e administrativas serão exercidas por pessoas habilitadas e qualificadas, em obediência às normas legais aplicáveis.

Art. 109 – O pessoal técnico e administrativo será contratado pelo Diretor Geral após o processo de seleção estabelecido no Colégio Loyola.

Parágrafo único – Ao ser admitido no estabelecimento de ensino, o profissional tomará conhecimento da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola e deste Regimento Escolar e das atribuições do cargo, sabendo que sua vinculação contratual implica a aceitação deste Regimento Escolar e do processo de avaliação permanente do seu desempenho.

SEÇÃO II – DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 110 – Os deveres e direitos do pessoal técnico e administrativo são aqueles estabelecidos pelas legislações vigentes e pelas regulamentações internas do Colégio Loyola.

SEÇÃO III – DAS SANÇÕES

Art. 111 – A inobservância de deveres e exigências comunitárias sujeita o profissional a sanções gradativas, sendo elas advertências verbais, advertências escritas, suspensões por tempo determinado e a demissão, observadas sempre as leis trabalhistas.

Art. 112 – Aos funcionários técnicos e administrativos que fizerem uso indevido da imagem da Unidade Educacional, de professores, funcionários e de alunos em páginas na internet (sites, blogs, Facebook, WhatsApp, chats e outros), serão aplicadas as penalidades conforme legislação em vigor.

Parágrafo único – O não-cumprimento dos compromissos estipulados nestas normas, ainda que por mera tentativa de burla, sujeitará o violador às medidas educativas, administrativas e legais cabíveis – contidas neste Regimento Escolar; o respectivo violador arcará, pessoalmente, com os danos morais e materiais decorrentes de qualquer ação ilícita e/ou ilegal, além das sanções administrativas, civis ou penais cabíveis.

CAPÍTULO III – DO PESSOAL DISCENTE

SEÇÃO I – DOS DIREITOS

Art. 113 – São direitos do pessoal discente:

- I. receber uma formação integral à luz da Fé Cristã de acordo com as características da educação da Companhia de Jesus e com a Proposta Pedagógica do Colégio Loyola;
- II. participar da comunidade educativa do Colégio Loyola, ajudando a buscar os objetivos comuns propostos nos documentos da Companhia de Jesus;
- III. participar das atividades escolares a ele oferecidas;
- IV. usar as dependências do Colégio de acordo a programação e as normas existentes;
- V. integrar estruturas formais ou informais de participação voltadas para o crescimento na ação política consciente e para a construção de uma comunidade solidária;
- VI. reivindicar os seus direitos junto aos responsáveis imediatos por meio do diálogo franco e respeitoso.
- VII. solicitar, por meio do responsável legal, revisão de prova no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, após ter recebido o resultado da referida prova, via preenchimento e assinatura de requerimento próprio na Coordenação Pedagógica de Série.

SEÇÃO II – DOS DEVERES

Art. 114 – Conhecendo com clareza o que se espera dos alunos, eles devem assumir uma atitude ativa que vise à obtenção das metas propostas para a sua formação integral, a partir de uma educação de qualidade e de excelência humana e, cada vez mais, conscientemente, reconhecer o que conseguiram realizar e o que falta, aceitando suas potencialidades e suas limitações.

Art. 115 – São também deveres dos alunos:

- I. envolver-se e empenhar-se, com responsabilidade, nas atividades que levam a um conhecimento crítico da realidade, capacitando-se para contribuir eficazmente para a transformação das injustiças sociais;
- II. participar de todo processo educacional e contribuir ativamente para que os fins do Colégio Loyola sejam concretizados;

- III. comparecer uniformizados, assídua e pontualmente, às aulas e às atividades escolares, trazendo o material necessário;
- IV. comparecer às atividades cívicas ou religiosas com atitude de colaboração, respeito e participação;
- V. apresentar conduta, asseio pessoal e vocabulário que correspondam aos princípios de higiene e educação;
- VI. tratar com respeito colegas, professores e funcionários do Colégio;
- VII. zelar pela conservação e manutenção do prédio do Colégio e dos equipamentos e materiais didático-pedagógicos;
- VIII. providenciar a reparação ou indenização de eventuais danos causados ao patrimônio escolar;
- IX. não portar qualquer material que represente perigo para sua saúde, sua segurança e sua integridade física e moral ou de outros;
- X. não participar de movimentos de indisciplina coletiva;
- XI. acatar as normas disciplinares do Colégio Loyola, as disposições deste Regimento Escolar e da Proposta Pedagógica do Colégio Loyola;
- XII. para os alunos da 3ª Série do Ensino Médio, assinar o termo de compromisso juntamente com os pais/responsáveis.

SEÇÃO III – DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE CONVIVÊNCIA ESCOLAR

Art. 116 – A Política Institucional de Convivência Escolar visa:

I - criar um ambiente escolar saudável, inspirado na verdade, no amor e na justiça, que promova em cada aluno e cada educador a construção da autonomia, em que cada um assume as consequências da própria liberdade de escolha;

II - priorizar o respeito, o cuidado e a solidariedade nas relações com o próximo, e a compaixão para com o sofrimento humano, para ajudar alunos e educadores a lidar com situações conflituosas e/ou de violência na escola, incluindo o *bullying*;

III - promover a paz e a justiça nas relações.

Parágrafo único – As Políticas Institucionais de Convivência, instauradas como forma de promover uma educação para a paz, estão fundamentadas nos documentos orientadores da Companhia de Jesus para a Educação e em outros documentos com dimensão humanista e universal, discriminadas na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.

SEÇÃO IV – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ATO INFRACIONAL

Art. 117 – Em conformidade com as garantias e as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 e do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/88 e as orientações do Ministério Público da Infância e da Adolescência em Minas Gerais, o Colégio Loyola dá os seguintes encaminhamentos para tratamento de ato infracional:

§ 1º – Todo ato infracional cometido por aluno do Colégio Loyola será registrado em livro próprio, aberto para esse fim, e no dossiê individual do aluno.

§ 2º – A criança – *pessoa de até doze anos de idade incompletos* – será encaminhada ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente para que sejam tomadas, por aquele órgão, as medidas de proteção.

§ 3º – O adolescente – *pessoa entre doze e dezoito anos de idade* – será encaminhado à Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente (DOPCAD) para lavratura de boletim de ocorrência e será também oficiada a Promotoria da Infância e da Juventude.

§ 4º – Os procedimentos de natureza pública anteriormente enumerados não trarão prejuízo à aplicação das medidas internas enumeradas na seção a seguir.

SEÇÃO V – PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS E MEDIDAS DISCIPLINARES APLICÁVEIS AO PESSOAL DISCENTE

Art. 118 – O Colégio Loyola atuará no sentido de fazer intervenções educativas que ajudem o aluno a assumir, corrigir e superar suas faltas, omissões e transgressões quanto a atitudes, postura e conduta, considerando a gravidade delas e tendo como critério o bem de toda comunidade.

§ 1º – A inobservância de deveres e exigências comunitárias sujeita o aluno às sanções gradativas a seguir enumeradas, tendo elas como ponto de partida a advertência verbal e a advertência escrita para o aluno e sua família, sempre priorizando a adoção de sanções formadoras do caráter e da índole, em detrimento das meramente punitivas, observando os critérios da proporcionalidade e da legalidade.

§ 2º – As sanções serão, em princípio, gradativas e de acordo com a natureza da situação, a saber:

- 1) quando o aluno fizer uso de recursos não autorizados, tais como “cola” e aparelhos eletrônicos, na realização de prova(s) de uma ou mais disciplinas (inclusive nos casos em que são aplicados dois ou mais instrumentos avaliativos concomitantemente), esse(s) instrumento(s) de avaliação não será(serão) corrigido(s) pelo professor; será aplicada a nota 0(zero) ao discente e não será permitida a realização de outro instrumento de avaliação em caráter de segunda chamada.
- 2) o encaminhamento formal do aluno à Coordenação Pedagógica da Série que cursa, por qualquer educador do Colégio, quando constatada a negligência ou a transgressão dos deveres do aluno, tanto no espaço convencional das atividades de sala de aula quanto nas demais dependências e durante as atividades do Colégio, e que extrapolem o nível de uma intervenção oral imediata, cabendo à Coordenação Pedagógica da Série a consequente intervenção junto ao aluno e a produção do devido registro e comunicado escrito à família;
- 3) quando a conduta do aluno configurar Ato Infracional e o autor for criança – *pessoa de até 12 anos de idade incompletos* –, o fato será comunicado ao Conselho Tutelar pela Direção Geral do Colégio; quando a conduta do aluno configurar Ato Infracional e o autor for adolescente – *pessoa entre 12 e 18 anos de idade* –, o fato será comunicado, simultaneamente, à Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente (DOPCAD) e ao Juizado da Infância e da Juventude por meio do Ministério Público desse Juizado pela Direção Geral do Colégio;
- 4) a reincidência do aluno em assumir uma conduta que contrarie a melhor condição de trabalho ou a postura mais adequada ao ambiente escolar provocará a convocação de sessão de atendimento à família pela Coordenação Pedagógica da Série, em que é recomendável a presença do aluno em questão, sempre que for adequado; desse atendimento será lavrado o devido registro firmado com a assinatura dos responsáveis, quando serão indicadas as próximas medidas disciplinares;
- 5) nova reincidência do aluno em assumir uma conduta que contrarie a melhor condição de trabalho ou a postura mais adequada ao ambiente escolar resultará na suspensão das atividades escolares, por períodos determinados, sucessivos e progressivos de um, dois e três dias, até o limite máximo de três suspensões por aluno ao longo de seu currículo escolar no Colégio;
- 6) a recorrência do aluno implicará a avaliação, pelo Conselho de Professores, da possibilidade de desligamento do aluno, submetida à consequente deliberação da Direção Geral;

- 7) impossibilidade da renovação de matrícula (assinatura de novo Contrato de Prestação de Serviços de Educação Escolar), deliberada na avaliação do Conselho de Professores do fechamento do ano letivo.

§ 3º – O procedimento administrativo disciplinar interno observará a seguinte hierarquia de instâncias:

- I. As sanções 1 e 2 aplicar-se-ão aos alunos cujas faltas configurem descumprimento dos deveres do discente expressos neste Regimento Escolar e na Proposta Pedagógica do Colégio Loyola.
- II. As sanções 3, 4 e 5 aplicar-se-ão aos casos de reincidência do aluno nas sanções 1 e 2 e nos casos de descumprimento dos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Educação Escolar.
- III. A instância de tratamento das sanções 1, 2 e 3 é a Coordenação Pedagógica da Série.
- IV. Nos casos de aplicação da sanção 3, caberá recurso à Direção Acadêmico-Pedagógica.
- V. Nos casos de aplicação das sanções 4 e 5, caberá recurso à Direção Geral.
- VI. A sanção 6 será aplicada a alunos que já tenham sido acompanhados durante o ano letivo e, sem resposta efetiva do aluno e da família, a escola considere prejudicial ao próprio aluno, bem como aos demais estudantes, a permanência dele na escola; nos casos de aplicação dessa sanção, caberá recurso à Reitoria.

§ 4º – Disposições gerais a respeito:

- I. O aluno suspenso terá seu pedido de segunda Chamada indeferido, entretanto poderá fazer o processo de recuperação da aprendizagem.
- II. Quando a falta cometida ofender a dignidade da pessoa ou, por analogia, da Instituição Educacional, receberá tratamento de falta grave e estará submetida à gradação das sanções 3, 4 e 5 do § 2º deste artigo.

TÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 119 – O ato da matrícula, a admissão do professor ou funcionário e a nomeação da autoridade escolar implicarão respeitar e acatar este Regimento Escolar.

Art. 120 – Este Regimento Escolar pode ser modificado, para vigor no ano subsequente, caso seja exigido pelo aperfeiçoamento da Instituição ou pelas leis da Educação Municipal, Estadual e Federal em vigor, sempre em razão da excelência que deve caracterizar todo trabalho de um Colégio Jesuíta.

Art. 121 – Os casos omissos serão enviados à Direção Geral para análise e encaminhamento, dentro do espírito da lei.

Art. 122 – Este Regimento Escolar, uma vez aprovado pelos organismos colegiados do Colégio Loyola e registrado no órgão educacional competente, entrará em vigor no período subsequente ao da sua aprovação.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2014.

APROVADO EM 19/12/2014



Roberto Mauro de Souza Tristão
Diretor Acadêmico-Pedagógico



Padre Germano Cord Neto, SJ
Diretor Geral